

# MONIZ BANDEIRA E O GOVERNO JOÃO GOULART

Antônio Rezk\*

## INTRODUÇÃO

O fato histórico possui uma essência material e temporal íntegra que, como todos sabemos por sua obviedade, uma vez realizado como acontecimento, não pode mais ser alterado. Conseqüentemente, numa síntese evidente e grosseira, podemos afirmar que a história é uma seqüência de unidades factuais conclusas em si. Porém, são unidades factuais enquanto são tópicos históricos. Mas essas unidades históricas não são eventos estanques, acabados em si mesmos. Ou seja: transcendem a sua singularidade, o seu espaço e o seu tempo, intermediando-se, para o passado e para o futuro, como unidades seqüenciais ativas, com outros acontecimentos, num sistema politicamente perceptível pela movimentação das ações humanas interligadas pela racionalidade social. O marxismo interpreta esse movimento como materialismo histórico, pelas relações dialéticas dos agentes sociais nos seus conflitos e no seu desenvolvimento sobre a materialidade real do seu espaço e do seu tempo.

Por esse movimento, os fatos históricos, embora conclusos na sua pontualidade singular, interligando-se no tempo e no espaço, fazem com que o processo civilizatório seja um sistema que atua sobre si mesmo. Ou seja, um sistema fechado de energia processual. Assim, pois – o que todo historiador conhece – cada fato histórico é um elo entre outros fatos históricos que se prolongam nos eventos subseqüentes, dos quais se tornam a causa. Por isso, imbricando-se no tempo e na materialidade social, a história é dialética.

O livro de Moniz Bandeira sobre o governo de João Goulart,<sup>1</sup> ao trazer-nos os fatos históricos de então – pertencentes que são ao mesmo circuito social que os circunscreve –, torna-se contemporâneo aos homens que começam a escrever a história brasileira do século XXI. Os conflitos sociais de então, não resolvidos nos seus fundamentos, ressurgem sob novas características e num novo estágio, conduzidos pelo movimento ondular da própria história.

Moniz Bandeira sempre deixou transparecer a sua preocupação, em correspondência eletrônica comigo, de que o desconhecimento da história pelas gerações atuais, pode fazê-las repetir os erros e as tragédias passadas. Já na página 8, antes mesmo de iniciar o seu texto de *O governo João Goulart*, ele se reporta a Hegel, que recomenda “aos governantes, estadistas, povos, preferivelmente, o ensinamento através da experiência da história”. (*Die Vernunft in der Geschichte*). Marx, em *O dezoito brumário*, também reportando-se a uma observação do pensador alemão sobre a recorrência da história (“todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo, por assim dizer, ocorrem duas vezes”, escrevera Hegel) afirmou que quando esta se repete, a primeira vez é como tragédia, a segunda como farsa.

No entanto, a recorrência da história aos seus próprios eventos – numa repetição aparentemente monótona – é produto da estrutura orgânica da civilidade humana que só se transforma radicalmente, alterando a recorrência histórica, quando o fulcro do fato social se rompe pela conclusão do seu desenvolvimento como etapa sociológica, numa transformação simultânea do presente, e do passado nele embutido, rumo a um novo estágio de poder humano. Quando a maturação histórica pode produzir a ruptura. Eis por que – para exemplificar

\* Antônio Rezk é coordenador nacional do Movimento Humanismo e Democracia e diretor do Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas.



o fato da recorrência da história, através de um acontecimento ainda atual por seu significado e dimensão – o soviétismo acabou sendo apenas uma reproposição do capitalismo através do Estado absoluto, que sempre esteve na origem da acumulação capitalista. O fulcro humano da economia política da modernidade histórica ainda não concluíra, no início do século XX – e ainda não está concluso –, a sua razão histórica como o núcleo sistêmico que sustenta a civilidade mundial. Ou seja, a exploração política da energia humana como sustentáculo da civilização e do poder, e o imperialismo como o resultado natural da concentração do poder por sobre as nações e seus povos, ainda estão determinando os conflitos e manipulando a história. Esta racionalidade sociológica, que conjuga historicamente poder e sociedade, os soviéticos puderam demonstrá-la, reproduzindo o capitalismo como formação socioeconômica, para construir a Rússia contemporânea. Ao fim e ao cabo, os bolchevistas nada mais fizeram do que a revolução burguesa, recriando a burguesia burocrática através do Estado absolutista, nos extremos da Europa oriental. Contudo, enquanto a União Soviética existiu e, por seu conflito geopolítico e paradigmático com o Ocidente e, particularmente, com os EUA, polarizando entre dois extremos as relações mundiais, a sua existência e os seus confrontos também intermediaram a história brasileira, submetida, na fase da bipolaridade mundial, à lógica e aos interesses norte-americanos nas suas relações geopolíticas.

Em Moniz Bandeira essa lógica das intermediações múltiplas que fundam o acontecimento histórico, contido na sua essência social, está presente no desenrolar do drama nacional que teve como personagem principal João Belchior Marques Goulart. A história do governo de João Goulart é apenas a comprovação natural dessa dialética das questões, ao mesmo tempo sociais e nacionais, e a influência ou intromissão das razões internacionais, que se entrelaçaram e circunscreveram àquele governo, e o vitimaram. Porém, mesmo assim, será preciso salientar que, por sobre a crise econômica e seus conflitos sociais, e sobre a própria bipolaridade, sobressai a questão nacional na procura da sua afirmação soberana através de um desenvolvimento autônomo, independente. Ressalta-se a consciência nacional já amadurecida pelo processo de formação do Estado brasileiro. Este esforço de

desenvolvimento autônomo, soberano, tem sido, normalmente, chamado de *nacionalismo*. Essa foi a questão nodal, ao confrontar-se diretamente com o imperialismo estadunidense. Destaca-a Moniz Bandeira, como centralidade do seu livro:

De fato, àquele tempo, o que mais afetava, no hemisfério, os interesses de segurança dos EUA não era exatamente a luta armada pró-comunista, como as guerrilhas na Venezuela e na Colômbia, mas, sim, o desenvolvimento da própria democracia nos países da América Latina, particularmente o Brasil, onde o recrudescimento das tensões econômicas e dos conflitos sociais aguçava a consciência nacionalista, e os sentimentos antinorte-americanos [...]²

O fulcro humano da economia política da modernidade histórica ainda não concluíra, no início do século XX [...], a sua razão histórica como o núcleo sistêmico que sustenta a civilidade mundial.

Esse conflito geopolítico das Américas não se adstringiu ao Brasil, mas se estendeu à toda América Latina no seu confronto com os interesses diretos das corporações e do Estado norte-americanos. No caminho estava Jango.

O estudo da realização factual da história envolve elementos de interpretação cognitiva das razões humanas que atuaram no seu drama, intermediando o processo social e a transformação política, como lógica do sistema civilizatório e como dialética do poder. Estes elementos – como fatos da intencionalidade humana atuando sobre uma estrutura social historicamente formada – introduzem-se naturalmente na pureza do feito histórico, incorporando-se à sua materialidade. Como consequência, a *pureza material* do feito histórico, como acontecimento social pleno de si mesmo, transmuda-se na sua apreensão e na sua interpretação cognitiva em novo fato histórico – já que a interpretação cognitiva é, ela mesma, uma ação consciente de si, que interpenetra o ato social tornando-se, também, um dado histórico. Disto resulta a *história da História* – ou seja, a interpretação analítica dos fatos históricos, estudados e interpretados nas suas relações humanas e nos conflitos por elas engendrados, buscando-se clarear o ambiente social dentro do qual aquelas relações puderam dinamizar-se, gerando elas o acontecimento singular a ser registrado como um fato da



história. Assim, interpreta-se o processo histórico como resultado dos feitos sociais, cuja facticidade real, uma vez apreendida como verdade acontecida, pode vir a nos introduzir na ciência da história. E esta carece de metodologias, as quais, uma vez instituídas, tornam-se permeáveis às ideologias dos paradigmas de cada historiador.

No confronto ideológico, que envolveu as nações durante o período da *Guerra Fria*, os conflitos estavam contidos nos paradigmas que polarizaram o mundo entre dois núcleos: o da supremacia estadunidense, capitalista, e o do paradigma soviético, socialista. Sob a lógica dos interesses econômicos e grupais, transnacionalmente polarizados, quedavam-se os conflitos sociais e nacionais. No entanto, esse conflito ideológico, que transcendia a nação, mascarava a realidade dos interesses que se confrontavam na disputa do poder que o Estado representava. Conjugavam-se interesses econômicos nacionais e multinacionais, em conflito com a mobilização da massa trabalhadora, integrada pelo próprio sistema ao jogo político da democracia representativa, formal. Esse confronto que, no Brasil, se explicitou na disputa do Estado durante o governo de João Goulart, está, *retratado e documentado*, por Moniz Bandeira, com farta informação documental e muitos depoimentos a confirmarem a sua pesquisa histórica, no seu já consagrado livro, *O governo João Goulart*. O livro, tendo João Belchior Marques Goulart como personagem central, é o testemunho de quem viu e participou, na lide política, da luta social inserida no processo nacional de reformas, na qual Jango terminou por integrar-se plenamente. Ao final, consciente do desafio e do sacrifício, rompeu com a conciliação e com a contemporização. Caminhou para o confronto. Nos últimos dias de março de 1964, o Estado brasileiro já havia se tornado a *res publica* de uma tríplice disputa: social, nacional e imperialista.

No livro, Moniz Bandeira, mais do que *pesquisador da história*, é a testemunha ocular a constatar os fatos. É desta forma que ele narra e estuda o que viu e conheceu. Por isso o seu livro, entre outros autores que descrevem o mesmo episódio, tem valor ímpar pelo seu próprio testemunho.

Neste particular, posso dizer que fui também testemunha do que ocorreu no Brasil, desde a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, em 1961, ao golpe de Estado de 1964, na condição tanto de assessor do deputado Sérgio Magalhães, do PTB, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista e vice-presidente da Câmara Federal, quanto de chefe da seção política do *Diário de Notícias*, um dos mais importantes órgãos da imprensa brasileira, o que me permitiu acompanhar de perto os acontecimentos, recebendo informações tanto do lado do governo quanto da oposição, dado que desde a minha adolescência aprendi a não confundir diferenças de idéias e opiniões políticas quer com meu trabalho profissional, quer com minhas relações de amizade ou de mera cordialidade [...] Este conhecimento direto do que ocorria nos bastidores serviu para argamassar as informações colhidas para esta obra, através da pesquisa de documentos e das entrevistas que as *dramatis personae* gentilmente me concederam, independentemente do papel que desempenharam contra ou a favor do golpe de Estado. Assim, procurei ser tanto quanto possível objetivo, ao escrever este livro, que também representa um depoimento de quem viveu intensamente aqueles anos de crise e sofreu as suas conseqüências.<sup>3</sup>

Evidentemente, o autor sofreu as conseqüências do tacão da ditadura sobre os seus desafetos. Mas, para o historiador, a conseqüência melhor dessa convivência com os fatos historiados e seus personagens, até mesmo nas dores sofridas, está no seu testemunho daquilo que presenciou e sentiu. Fatos e personagens surgem integrados nas suas relações corriqueiras, aparentemente despidos da percepção momentânea do seu sentido histórico, destituídos de idealizações a que o historiador distante comumente é induzido pelas leituras a que recorre. Nesse livro de Moniz, ator e fato surgem integrados numa mesma unidade factual viva, e conseqüentes ao mesmo processo, movendo-se por injunções históricas complexas, as quais mal percebem no seu alcance mediato. Só o ator central pode ter a percepção da totalidade que o envolve e o conduz.

Em *O governo João Goulart*, os personagens históricos não são descritos como atores assépticos do drama social. Moniz Bandeira, ao *dar-lhes vida* – sem julgamentos moralistas – os apresenta nas suas contradições e limites; nas suas virtudes e nos seus







Marechal Mascarenhas de Moraes, general Castelo Branco e general Costa e Silva



Lincoln Gordon

vícios; na sua dignidade e na sua pusilanimidade. Mostra-nos, por exemplo, como se comportou Moura Andrade no episódio da vacância da presidência, *violentando o regimento do Congresso Nacional e a Constituição do país*; ou o comportamento do general Kruel, entre outros. Qual foi o papel do general Castelo Branco na articulação militar da conspiração, bem como o de Lacerda, provocando de um lado e instigando por outro. Mostra-nos o embaixador norte-americano, Lincoln Gordon e suas articulações.

Faz-nos conhecer Jango na sua intimidade e na sua solidão, nas suas incertezas, dubiedades e indecisões; mas também nas suas convicções, das quais não abriu mão para salvar o seu mandato nos momentos mais críticos do conflito, ao final envolvido por eventos e lutas que não mais poderia controlar, prevendo o desenlace e, mesmo assim, precipitando-o, quando não pôde mais contemporizar.

## POPULISMO

Destaco quatro questões – que se conjugaram, nucleando os fatos e centralizando o interesse do livro: a razão nacionalista e a intermediação ideológica do populismo; as lutas sociais que ganharam intensidade e transparência naquele período; a presença dos EUA nos acontecimentos que precipitaram a deposição; e o personagem central do livro, João Belchior Marques Goulart.

Durante o século XX, duas categorias da teorização política conturbaram ideologicamente as

lutas nacionais e sociais dos povos que pretenderam se afirmar na sua independência e soberania: o populismo e o nacionalismo. Este comumente anatematizado como doutrina fascista, que o nazismo teria levado às suas últimas conseqüências, como algo exclusivista e territorialmente totalitário, contrário ao internacionalismo salutar. Esse anátema, ideologizado para as conveniências da dominação imperialista – eis que a visibilidade nacionalista, a partir das nações centrais é uma e da perspectiva das nações dependentes é outra –, foi sempre brandido contra os anseios dos povos que buscaram firmar-se na sua autonomia. Pois a configuração política de um conjunto de valores – territorial, econômico e cultural – que se transformaram numa patrimonialidade consorciada, formando um núcleo distinto de poder coletivo, que se institui com o Estado, não pode ser outra coisa senão uma nação politicamente organizada, compactuada como destino comum; e toda nação, como uma unidade de poder, por sua essência é um nacionalismo em desenvolvimento histórico, fazendo com que “as nações não tenham amigos, mas interesses”. Por esta razão, que é intrínseca à sua essência, todas as nações, como unidades vivas de poder, no seu intercâmbio internacional e nos conflitos surgidos por esses intercâmbios, são nacionalistas. Por sua vez, o imperialismo também traz, no seu seio, uma dose elevada de nacionalismo, conduzido ao extremo da sua exacerbação ideológica no processo da dominação transnacional de outros povos, coerente com a expansão dos seus interesses econômicos e das suas corporações poderosas que determinam a ação do Estado imperial e os limites



dos Estados subalternos, contidos nas suas vontades soberanas.

Pois é sobre essa materialidade que o doutrinismo costuma ser manejado nas lutas sociais e geopolíticas pelo controle do Estado nacional, no bojo do qual está o conflito social. Assim, a identificação do nacional-reformismo com o populismo, que alguns teóricos contemporâneos fizeram, ou fazem, pretendendo *reinventar* a história, acaba mascarando, com uma superficialidade interpretativa, os conflitos sociais deflagrados de luta nacional. Conflitos sociais que têm sempre como causa a dominação e a exploração e, como objetivo o controle político do Estado como instrumento de poder a ser manejado pelos que dele se apropriam.

Assim ocorreu com o conceito de populismo, traduzido para o senso comum como sinônimo de demagogia popular, que, no Brasil, Jânio Quadros e Ademar de Barros tão bem representaram. Porém, também o getulismo e o peronismo – para ficarmos na nossa vizinhança – foram assim classificados, sobretudo pelos interesses sociais poderosos que num determinado momento tiveram que enfrentar, para além das ditaduras que presidiram. Populismo, não como conceito identificador dos interesses do povo, ou da massa trabalhadora, mas como conceituação daquele que manipula, para sua ambição de poder político, os interesses e as reivindicações da massa popular, para alcançar-se ao poder, frustrando, na prática, aqueles mesmos anseios que explorou demagogicamente.

Para Ludovico Incisa, que define o termo como correspondente às “fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado

social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes”, o populismo “não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática. Muitas vezes ele está mais latente do que teoricamente explícito. Como denominação se amolda facilmente, de resto, a doutrinas e a fórmulas diversamente articuladas e aparentemente divergentes, mas unidas no mesmo núcleo essencial, da referência recorrente ao tema central, da oposição encarniçada a doutrinas e fórmulas de diversa derivação”. Pois “as definições do populismo se ressentem da ambigüidade conceitual que o próprio termo envolve”.<sup>4</sup>

Moniz Bandeira, em nota ao capítulo I, reporta-se ao conceito formulado por Darci Ribeiro:<sup>5</sup>

O conceito de populismo, vulgarizado pela sociologia política de ótica norte-americana e francesa, parece consistir numa contra-imagem correspondente aos países atrasados, das formas de liderança política tradicional dos regimes republicanos, tal como estes se tornaram viáveis nos EUA e na França. Nesta acepção, o conceito se refere, de fato, às carências de nossos políticos subdesenvolvidos que apelam para a demagogia, a fim de alcançar o poder ou para manter-se nele. Assim definido, o termo populismo foi aplicado aos mais diversos protagonistas da vida pública latino-americana, sem reconhecer suas diferenças nem explorar seu valor explicativo.<sup>6</sup>

A classe dominante e seus intelectuais também manipularam e manipulam esse conceito, sempre acoimando como populistas as reivindicações populares e as tentativas da sua organização política na participação do Estado, colocando no mesmo caldeirão fervente o demagogo e o agente real da reivindicação popular. Weffort reconhece que, em geral, o populismo é definido “pelos seus aspectos exteriores – a demagogia, a emocionalidade, a verbiagem social, etc. – e especialmente pela ausência de ideologia”.<sup>7</sup> Mas a pretensa “ausência de ideologia” não é uma forma de ideologia pela manipulação da relação política? É o próprio Weffort que responde:

[...] o populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a



Jânio Quadros



Ademar de Barros e Luís Carlos Prestes



aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes.<sup>8</sup>

Pela indução psicológica do senso comum, que desqualifica qualquer agente de transformação mais radical da sociedade, a manipulação doutrinária do populismo – através da sua crítica – tem um efeito prático: impedir o alcance social da democracia, continuando o poder nacional a ser monopólio de oligarcas. Neste caso é duvidosa a afirmação de que “a debilidade como classe”, dos “grupos dominantes sobre as massas”, as conduz a agirem por interpostos políticos socialmente demagógicos, opinião exposta por Weffort para definir o populismo que teria prevalecido de 1930 a 1964.

Desse modo, uma das raízes da capacidade de manipulação dos grupos dominantes sobre as massas está na sua própria debilidade como classe, na sua divisão interna e na sua incapacidade de assumir, em seu próprio nome, as responsabilidades do Estado. Incapazes de legitimar por si próprias a dominação que exercem, necessitarão recorrer a intermediários – primeiro Vargas e depois os líderes populistas da etapa democrática – que estabeleçam alianças com os setores urbanos das classes dominadas. E está aí, por outro lado, uma das limitações decisivas do populismo.<sup>9</sup>

Se tomarmos ao “pé da letra” a definição de Weffort, o populismo não morreu em 1964, mas intermediou o governo militar e ressurgiu revigorado com a redemocratização formal, acentuando-se no governo Collor e no governo Fernando Henrique, no qual Weffort esteve o tempo todo como ministro da Cultura. Mais ainda: todo o processo eleitoral de 2002 foi marcado pelo populismo, eis que os candidatos à Presidência da República, por sua história pessoal ou pela história ou designação do seu partido, têm-se como de esquerda, quando a sua prática política real apenas corresponde aos interesses da elite dominante, naturalmente com as suas contradições *interna corporis*.

Buscando dar substância ao conceito, o próprio sociólogo ressalva que, na realidade,

o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação, e sua complexidade política não faz mais

que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações.<sup>10</sup>

Dreifuss, ao escrever sobre a crise do populismo, toma como referência Ernesto Laclau: o populismo como “a apresentação de interpelações popular-democráticas em forma de um complexo sintético-antagonista no que concerne à ideologia dominante”.<sup>11</sup> Para Dreifuss, com o desenvolvimento industrial do país e o crescimento da presença das empresas multinacionais que já haviam criado uma relação associativa com o capital nacional, a partir da década de 1950 e firmando-se a partir de 1960 até o conflito de 1964, formaram-se no Brasil duas forças sociais fundamentais, marcadas por interesses conflitantes que o Estado procurava intermediar sob o véu do populismo: “os interesses socioeconômicos multinacionais e associados, e as classes trabalhadoras mobilizadas, lideradas por um executivo nacional-reformista”. Nesse período – segundo Dreifuss, tido como de predominância do populismo no cenário político brasileiro, de característica nacional-reformista –, “o objetivo inicial dos interesses multinacionais e associados era o de compartilhar o poder com a convergência de classe populista que controlava o Estado”. Jânio Quadros teria sido “a última tentativa eleitoral civil do grande capital para conseguir compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente”.<sup>12</sup> Para situar a conquista do Estado, em 1964, pelo bloco de poder multinacional e associados, René Dreifuss assinala:

No início da década de 1960, a convergência de classes populistas no poder e a forma populista de domínio foram desafiadas por duas forças sociais



Darci Ribeiro



Francisco Weffort



divergentes, que haviam surgido durante a concentrada industrialização da década de 1950, propiciada pelo governo Juscelino Kubitschek. Essas duas forças sociais fundamentais eram os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais, cada vez mais incontroláveis. As duas forças em conjunto, embora opostas, minaram, no princípio da década de 1960, o mito da existência de um Estado neutro desenvolvido pela administração de Juscelino Kubitschek.<sup>13</sup>

Com João Goulart, o conflito de interesses, acirrado pela necessidade das reformas estruturais, explicitou-se no confronto direto pelo controle do Estado. Porém, pelas razões concretas do conflito, pode-se indagar: explicitou-se a luta de classes, sob o véu diáfano do populismo? Ou o populismo mascarava essa luta que, afinal, João Goulart tornou explícita, ao assumir claramente o nacionalismo e as reformas básicas? Então, em que ponto o populismo foi derrotado?

Afinal, o que pode existir de verdadeiro e de consistente na afirmação de que a deposição, pela força, de João Goulart foi a derrota do populismo? Essa suposição deve concluir que João Goulart foi o último símbolo do populismo atuante, que teria tido em Juscelino Kubitschek seu marco bem-sucedido. No entanto, se Jânio Quadros e João Goulart eram igualmente líderes populistas, quais os antagonismos sociais objetivos que contrapunham os apoiadores do primeiro aos apoiadores do segundo? Eis a questão. Não cabe, neste artigo, uma análise mais profunda do conceito. Contudo, a teorização do populismo sempre me pareceu mais uma tese opinativa do que epistemológica, numa tentativa escolástica de conceber a materialidade

sociológica da história, situando os conflitos político-sociais pela vertente da demagogia e das abstrações conceituais. Não que a demagogia não esteja presente no embate político. Todavia, este é determinado pelo desenvolvimento real das relações econômicas e sua intermediação, pelo poder hegemônico, no controle do Estado. Assinala

Ludovico Incisa, já citado, que “é mister ter presente que o conceito de povo não é racionalizado no populismo, mas antes intuído ou apodicticamente postulado”.<sup>14</sup> Para lembrarmos Rosa Luxemburgo: “[...] numa sociedade de classes, o povo, como um todo social e político homogêneo, não existe, enquanto o que existe em cada nação são classes sociais com seus interesses e ‘direitos antagônicos’”.<sup>15</sup>

Mais consistência tem o conceito de bonapartismo, que os militares de alguma forma representaram, sem assim assumi-lo, com a tese de governarem acima dos interesses das classes e suas contendas, com o mito do Estado neutro que deveria ter unicamente a nação como meio e fim. Ou, como diria Golberri do Couto e Silva: a nação acima dos interesses e das ideologias.<sup>16</sup>

Assim, tal qual o conceito de nacionalismo, ideologizada a teoria, acabou-se por se ter um populismo que tanto servia para a crítica da direita, quanto à crítica da esquerda, idealizando as lutas sociais e as contradições grupais intermediadas pelo Estado.

Aconteceu, no Brasil, por razões políticas induzidas pela ditadura de Getúlio Vargas, que as esquerdas brasileiras, já segmentadas por interesses e ideologias os mais variados, a ponto de se falar em “esquerda positiva” e “esquerda negativa” – tanto quanto a direita, por razões outras –, tomou-se de preconceitos contra o getulismo que com ela disputava a primazia do operariado emergente.

O PTB, com o qual a trajetória de Goulart se conformou, nasceu em uma das vertentes do bonapartismo de Vargas, cuja primeira iniciativa, quando o Estado Novo agonizava, foi no sentido de fundar um partido, cujo designativo – social-democrático – delatava a inspiração. Mas o PSD, ao articular no mesmo bloco político segmentos de todas as classes sociais, escorou-se na estrutura de poder do Estado Novo, intimamente entrelaçada com interesses dos proprietários de terra e do empresariado industrial. Toda a organização política da ditadura, em cada estado do Brasil, a ele aderiu. No entanto, ao longo dos 15 anos do governo Vargas, o Brasil experimentara profundas transformações sociais, em decorrência do processo de industrialização e da crescente urbanização, que ele acarretara. A classe trabalhadora crescera e sua composição modificara-se, determinando-lhe novo comportamento político. O anarquismo praticamente desaparecera e, paralelamente ao fortalecimento do PCB, uma nova

Jânio Quadros teria sido “a última tentativa eleitoral civil do grande capital para conseguir compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente”.



liderança sindical surgira, não apenas em função da política do Estado, mas também como expressão dos interesses de vastas camadas de assalariados, que aspiravam às reformas econômicas e sociais, para melhoria do seu padrão de vida, conquanto ainda não contestassem politicamente o sistema capitalista [...] E Vargas, a fim de evitar que ponderável setor da classe operária aderisse ao PCB, não teve alternativa senão autorizar Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho, a organizar o PTB, alicerçando-o no proletariado, apesar dos elementos pequeno-burgueses e das peculiaridades regionais que o influenciavam.<sup>17</sup>



Golberri do Couto e Silva e Petrônio Portela

A reação das esquerdas ao getulismo, *grosso modo*, foi ideológica. Travestiu-se na crítica ao populismo.

Ao negar características populistas a João Goulart, Moniz Bandeira é enfático: “esta designação [o populismo] deve encerrar um significado político preciso e, aplicada indistintamente a Vargas, Goulart, Quadros, Ademar de Barros e tantos outros, perde, na generalização, o rigor científico e, em consequência, a unidade teórica e prática”. Citando Francisco Weffort – para quem o populismo é um “estilo manifestamente individualista”, cuja demagogia deita raiz na “impotência pequeno-burguesa”, implicando, na prática, “em qualquer de suas formas, uma traição à massa popular” –, Moniz Bandeira nega que estas características se adaptem a Goulart. Objetivamente, a política de Jango estava fundamentalmente assentada “na massa organizada, nos sindicatos e em um partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária, cuja práxis mais se assemelhava à da social-democracia européia depois da guerra de 1914-1918, nas condições do Brasil, do que à práxis do populismo”. E completa: “não se pode obscurecer essa diferença, fundamental para a compreensão do processo político nacional, até 1964”.<sup>18</sup>

O autor de *O governo João Goulart* contrapõe-se a essa simplificação da teoria política embutida no conceito de populismo, que mascara a luta real dos conflitos sociais emergentes e já nitidamente

acentuados a partir da década de 1950, quando a industrialização insere o Brasil no campo pleno do capitalismo mundial, cindindo os interesses em torno do Estado e da nação. Moniz denuncia essa manipulação conceitual:

[...] as teorias sobre o populismo, disseminadas, sobretudo em São Paulo, impediam uma interpretação correta do golpe de Estado em 1964 e pura e simplesmente o justificavam. Aplicadas ao governo João Goulart, elas nada explicavam. Pelo contrário, confundiam. Afinal, por que as classes possuidoras o derrubaram se ele tanto lhes favoreceria, através da manipulação das massas, um dos elementos essenciais de qualquer conceito sobre

populismo?<sup>19</sup>

E ele poderia ter acrescentado: tal qual faziam dois eméritos expoentes do populismo, Jânio Quadros – que havia sido apoiado pelos grupos que se opuseram a Jango – e Ademar de Barros – que participou, ativamente, na primeira linha do complô. Então, onde se configura a derrota do populismo?

Todo doutrinário é, simultaneamente, manipulável e manipulador.

## NACIONALISMO

João Goulart foi, à sua época e sob características suas, o agente central dos acontecimentos que ele também ajudou a produzir, ao assumir voluntariamente a luta nacional reformista – lembremo-nos de que ele foi um rico estancieiro; mas foi igualmente vitimado pela contingência histórica que o envolvia, reduzindo-lhe as opções que pudessem combinar com o seu projeto de governo e com as suas convicções pessoais. Sob este aspecto ele foi fruto da história, que, em março/abril de 1964, repetiu, *como tragédia nacional*, o agosto de 1954.

Se as esquerdas estavam segmentadas em diferentes nuances e tendências, o nacionalismo, por sua vez, também estava segmentado em de direita e de esquerda. No seio da questão nacionalista estava a emergência da questão social, ambas imbricando-se num mesmo conflito,



reclamando reformas e leis. Atrelada ao nacionalismo, a questão social era o seu divisor.

Existiam conjuntamente uma demanda social pela incorporação política da massa operária emergente, uma demanda camponesa pela reforma da estrutura fundiária e uma demanda pela afirmação da independência econômica nacional. Tudo isso incorporado, conflituosamente, pelo projeto nacionalista iniciado na década de 1930, e que começaria, nas relações internacionais, a também confrontar-se com a política expansionista dos EUA sobre a América Latina. No bojo da Grande Guerra, iniciada em 1939, começara a *norte-americanização* cultural do Brasil e, após a guerra, o envolvimento dos projetos nacionais nos dilemas impostos pela Guerra Fria.

As relações do Brasil com os EUA nunca foram isentas de rivalidade e contradições, sobre as quais escreveu Moniz Bandeira na sua obra, em dois volumes, *Relações Brasil- EUA no contexto da globalização*.<sup>20</sup> Após o governo de Juscelino Kubitschek, entre o governo de Jânio Quadros e o de Goulart, a rivalidade acentuou-se.

A política exterior constituiu, sem dúvida, importante fator de desconfiança e conflito entre os dois países, porque a linha de independência, que Quadros focalizara com as luzes da ribalta, não decorria de uma opção ideológica e sim do amadurecimento da consciência, sob crescente pressão das necessidades do próprio Estado nacional, de que os interesses dos Estados Unidos, em sua condição de potência hegemônica, nem sempre coincidiam e, no mais das vezes, se contrapunham aos do Brasil, enquanto país também capitalista e em rápida expansão.<sup>21</sup>

É esta nação, cujo projeto nacionalista Getúlio Vargas começara a elaborar a partir de 1930, que surge amadurecida para o conflito de classes deflagrado em 1964. Moniz Bandeira a apresenta, nos fatos e nas personagens que atuaram no confronto, como o fulcro maior da disputa. O esforço nacional por sua emancipação econômica em choque com as potências hegemônicas e “os esforços para a industrialização do Brasil quase sempre se chocaram com interesses de capitais estrangeiros, mais precisamente com interesses da Inglaterra e dos EUA, que se

empenhavam em manter o mercado nacional como escoadouro de suas manufaturas”.<sup>22</sup>

Após 1930, “esse conflito recrudesceu”. Com a crise do capitalismo, que teve o seu marco em 1929, e “diante das dificuldades do balanço de pagamentos, Vargas passou a intervir diretamente na economia, tanto para regular as relações de trabalho quanto para romper o bloqueio imposto pelos cartéis internacionais a setores básicos da produção”.<sup>23</sup>

Com Vargas o país não apenas começa a ingressar na modernidade das grandes indústrias – sobretudo as nacionalmente estratégicas, tal qual a da siderurgia – como se funda um novo projeto nacional. Getúlio Vargas inicia efetivamente a construção da nação, rompendo as velhas alianças e os velhos poderes regionais da Primeira República. A nação deve surgir homogênea e unificada em torno de um poder central forte. Para isso, Getúlio precisou elaborar um novo compromisso social, “cuja ditadura refletiu uma estratégia de compromisso”, consubstanciada no *Estado Novo*. Com a legislação trabalhista, Vargas “atrelou o proletariado urbano à fração da burguesia vinculada ao mercado interno” e “atribuiu ao Estado papel decisivo no desenvolvimento do país, explorando as contradições entre as grandes potências industriais para concretizar importantes empreendimentos, como a implantação da primeira usina siderúrgica nacional, em Volta Redonda”. “Deposto em 1945, por um golpe de Estado desfechado com o aval de Washington, voltou ao poder, através do voto, e tratou de consolidar o processo de industrialização, retomando a orientação nacionalista que o governo do marechal Dutra interrompera”.<sup>24</sup>

Sob o segundo governo de Vargas, acelera-se a nacionalização estatal da economia brasileira, com o monopólio do petróleo e com a Eletrobrás.

Tais iniciativas, objetivando a equacionar os problemas de energia, a induzir a fabricação de máquinas e equipamentos no Brasil e a conter a evasão de capitais, afetavam naturalmente interesses monopolísticos de poderosos cartéis, que investiram contra o governo, para derrubá-lo, em aliança com a burguesia comercial, beneficiária dos negócios de importação e exportação.<sup>25</sup>



Juscelino Kubitschek



Acirram-se os conflitos, que vão desaguar em agosto de 1954. A morte de Vargas propiciaria o avanço do capital estrangeiro sobre a economia nacional. “A industrialização do Brasil, modelada pela Instrução 113” – da Sumoc, após a morte de Getúlio – “fortalecera o segmento estrangeiro do empresariado, isto é, a comunidade de gerentes norte-americanos e de outras origens, que sobrepujou gradativamente a burguesia tradicional, influenciando cada vez mais as decisões do Estado, à medida que a economia se internacionalizava”.<sup>26</sup>

A política de metas de Kubitschek estimula e facilita a instalação de indústrias estrangeiras, como a automobilística, refletindo o novo arranjo da divisão internacional do trabalho, implementada na década de 1950. Sob a política estatal de desenvolvimento, que investe no setor siderúrgico e na infraestrutura de sustentação, como a da energia e do sistema rodoviário e o ingresso de capital industrial estrangeiro, o Brasil ingressa na modernidade capitalista plena. A industrialização trouxe consigo o operariado e sua intermediação política.

A industrialização [...] determinara outro processo correlato, o robustecimento da classe operária, cujo peso político já não se podia ignorar no jogo da democracia política. Se cedera aos interesses estrangeiros, conservando a Instrução 113 como condição para concretizar o Plano de Metas, Kubitschek também conciliara com o movimento de massas em ascensão, sobretudo por meio do PTB, que constituiu um dos suportes do seu governo.<sup>27</sup>

Com a renúncia de Jânio Quadros, Jango vai assumir a herança desse contencioso, ao mesmo tempo nacionalista e social-democrático, como reivindicações reformistas imediatas, estrategicamente entranhadas na perspectiva de construção de uma nação autônoma sob a predominância do capitalismo de Estado. De um lado as corporações estrangeiras e seus parceiros nacionais; do outro lado, as forças populares congregadas em diversos grupos, desde o PCB, passando pelos socialistas, até o grupo brizolista, este atuando sobretudo no PTB; as esquerdas presentes nos sindicatos, nas ligas camponesas, no movimento estudantil da UNE. Mas os militares nacionalistas, induzidos pelo conflito ideológico entre os EUA e a URSS estavam cindidos entre os radicalmente anticomunistas, temerosos da ascensão do movimento sindical e dos grupos de esquerda, e os ligados à esquerda ou a ela simpáticos, postados na vertente reformista e legalista. João

Goulart, ao assumir o governo, tem a percepção das dificuldades que terá pela frente. Segundo seu secretário de Imprensa, Raul Ryff, quando Jango foi informado da renúncia de Jânio Quadros, estando ele ainda na China, ao ser chamado a celebrar com os amigos que com ele estavam, retrucou: “Se vocês quiserem fazer um brinde, que seja então ao imprevisível e não a mim, pois não sei o que pode acontecer”.<sup>28</sup>

Quando João Goulart trouxe consigo o Programa das Reformas de Base, vieram com ele os confrontos internacional, nacional e social. E a perspectiva golpista de tomada do poder, ditatorial, tanto de grupos de esquerda quanto de direita. Estes, persistentes desde 1954. Sob o conflito nacionalista, as pressões sociais por reformas básicas acentuaram-se, pois sempre estiveram presentes – ora explícitas, ora implícitas – em todo o processo de industrialização do Brasil, desde 1930. Mas sobre a luta interna, que se radicalizou sob o governo Goulart, estava o interesse do imperialismo norte-americano a atuar para conter o impulso nacionalista que tendia para a construção de um Brasil autônomo e um provável rival potente no hemisfério continental.

## GOVERNO JOÃO GOULART

Para o brasilianista René Armand Dreifuss, que esposa a tese populista, aproximando-a do seu sentido de povo ou popular,

no início da década de 1960, a convergência de classes populistas no poder e a forma populista de domínio foram desafiadas por duas forças sociais divergentes, que haviam surgido durante a concentrada industrialização da década de 1950, propiciada pelo governo Juscelino Kubitschek. Essas duas forças sociais fundamentais eram os interesses multinacionais e associados, e as classes trabalhadoras industriais, cada vez mais incontroláveis. As duas forças em conjunto, embora opostas, minaram, no princípio da década de 1960, o mito da existência de um Estado neutro desenvolvido pela administração de Juscelino Kubitschek.<sup>29</sup>

João Goulart assume a presidência como líder do bloco nacional-reformista. Segundo Dreifuss,

Sob o segundo governo de Vargas, acelera-se a nacionalização estatal da economia brasileira, com o monopólio do petróleo e com a Eletrobrás.



o termo bloco nacional-reformista designa a “frouxa” composição das forças políticas representadas no círculo ao redor de João Goulart e que favoreceria as diretrizes políticas da industrialização nacionalista fortemente apoiada pelo Estado, a reforma agrária com distribuição de terra, a nacionalização dos recursos naturais, medidas para o bem-estar social, uma política externa neutralista ou alinhada ao Terceiro Mundo, um forte controle das corporações multinacionais e até mesmo a desapropriação em muitos casos.<sup>30</sup>

Ora, tal programa consubstanciava, no fundo, um projeto do que deveria ser uma revolução nacional-burguesa. Mas a burguesia brasileira, envolvida pelo conflito ideológico que apresentava o comunismo como o grande inimigo, acovardada ante o crescimento das reivindicações populares e do movimento de massas, anulou-se a si mesma

para compor a mesa subalterna do capital estrangeiro.

Essa campanha englobou a maioria das classes dominantes, incluindo a chamada burguesia “nacional”, da qual tantos políticos e intelectuais e até mesmo oficiais militares esperavam um posicionamento nacionalista e reformista. Contrariando tais expectativas, a burguesia “nacional” assistiria passivamente e até mesmo apoiaria a queda de João Goulart, condenando na prática a sua alternativa socioeconômica distributiva e nacionalista e ajudando, a despeito de sua própria condição, a ancorar

firmemente o Estado brasileiro à estratégia global das corporações multinacionais.<sup>31</sup>

A esse respeito, a observação de Moniz, quanto ao caráter da nossa “classe dominante” e do seu parco compromisso nacional e social, *aderente à economia estrangeira* e contrastando com o impulso *transterritorial* do Estado norte-americano, está tão atual hoje quanto esteve então:

A noção de pátria para setores das classes possuidoras no Brasil não ultrapassa os limites da propriedade privada, da mesma forma que para os EUA suas fronteiras se estendiam até onde se encontrassem explorações da Standard Oil, laboratórios da Johnson & Johnson, usinas da Bond & Share, empreendimentos da ITT, minas da Hanna,

lojas da Sears, agências do Citibank, fábricas da Coca-Cola e outros empreendimentos industriais e financeiros. E em um país como o Brasil, onde o capital é estrangeiro e o trabalho nacional, as lutas de classes aprofundavam a contradição com os EUA e com ela se identificavam e se confundiam.<sup>32</sup>

Dessa forma, “o recrudescimento das greves e da agitação social, que a inflação condicionava, as pressões para acelerar a queda do governo trabalhista de Goulart aumentaram tanto no Brasil como nos EUA”.<sup>33</sup>

O projeto nacional-reformista era profundamente desfavorável ao bloco multinacional e aos seus associados nacionais. Por outro lado, a geopolítica dos EUA, como potência mundial, podia suportar o *terceiro-mundismo* na África, na Ásia ou na Europa central; mas, depois do alinhamento cubano à União Soviética, o *terceiro-mundismo* não poderia ser tolerado no continente americano, sobretudo liderado pelo Brasil, seu rival estratégico no hemisfério continental.

Assim, Jango e as forças políticas que com ele estavam, precedendo à sua derrota militar, já haviam, no início de 1964, começado a perder o embate ideológico, manipulado pelos interesses diretos das corporações e do Estado norte-americanos, pela CIA instrumentalizando os seus agentes no Brasil, e por dois instrumentos de formulação ideológica: o Ipes e o Ibad.

Naquela conjuntura, entretanto, a radicalização no Brasil, apesar de que China e Cuba incentivassem a luta armada, estava a sobreexceder os próprios impulsos ideológicos, induzida em grande parte artificialmente pelos agentes dos serviços secretos, sob orientação da CIA, que empreendia um *spoiling action*, com o objetivo de estreitar as bases sociais e políticas de sustentação do governo e o compelir a apoiar-se cada vez mais na extrema esquerda, de modo a facilitar sua derrubada.<sup>34</sup>

A deposição de João Goulart deve ser analisada dentro desse quadro nacional e internacional intrincado e conflitante. Sob esse prisma, coloca-se o livro de Moniz Bandeira como um depoimento abrangentemente vivo.

Fatores vários confluíram e determinaram a queda do governo João Goulart em 1º de abril de 1964, em meio a contradições sociais e políticas, tanto internas quanto externas, que o forte impulso da industrialização do país, durante os anos 1950, aguçou.<sup>35</sup>

Quando João Goulart trouxe consigo o Programa das Reformas de Base, vieram com ele os confrontos internacional, nacional e social.



Almino Affonso, que teve uma participação ativa no governo João Goulart, como ministro do Trabalho, em depoimento prestado entre 1994 e 1995, corrobora o fato de que

o golpe de Estado de 1964 veio para barrar a emergência do movimento de massas. Não foi para atingir as personalidades, ainda que muitas delas tenham desempenhado um papel importante na abertura do conduto dessa emergência, mas para conter o crescimento da participação popular. Primeiro para barrar o avanço social; segundo, para impedir a tomada de consciência nacional que começava a esboçar uma linha de resistência internacional com uma nitidez nunca havida antes em nosso passado.<sup>36</sup>

Para Francisco Pinto, que foi deputado federal pelo PMDB-BA,

o golpe militar de 1964 estabeleceu de forma clara a ruptura de uma aliança que, embora precária, existia entre classes sociais antagônicas. O governo de então mediava a conciliação entre as forças populares e a burguesia nacional. A ditadura, porém, consolidou uma nova aliança entre a burguesia nacional, que vivera sustentada pelo Estado, e as empresas multinacionais. Nossa burguesia assustara-se com o avanço e a organização dos trabalhadores, preferindo estabelecer um vínculo de unidade mais sólido com os seus parceiros internacionais.<sup>37</sup>

Nessa mesma série de depoimentos, o historiador Edgar Carone afirma que

no período de 1945 a 1964 a sociedade brasileira está dividida quanto ao caminho que o desenvolvimento deve tomar. Esse desenvolvimento deveria ser acompanhado de uma subordinação ao capitalismo estrangeiro ou deveria tomar uma forma autônoma, onde o maior interesse seria a ligação entre desenvolvimento e mercado interno? Essa problemática está ligada naturalmente ao desenvolvimento das classes sociais e ao desenvolvimento do capitalismo internacional.<sup>38</sup>



Almino Affonso



João Goulart e general Assis Brasil

No entanto, a debilidade do mercado interno – mercê dos desníveis sociais e regionais – já estava evidenciada pela crise que começou a despontar no final do governo de Juscelino Kubitschek. E essa dualidade contraditória, assinalada por Carone, apresenta-se nas propostas de superação da crise que Moniz registra:

A fim de superar a crise que se delineava, algumas forças políticas postularam a necessidade da reforma agrária e da limitação das remessas de lucros para o exterior, a par da ampliação do comércio com a América Latina, África e Bloco Socialista, enquanto outros setores das classes possuidoras, mais vinculados diretamente aos interesses do capital financeiro internacional, advogavam a liberação do câmbio, restrição de crédito e compressão dos salários, o mesmo programa que tentaram aplicar, sem êxito, após a morte de Vargas, em 1954.<sup>39</sup>

Aparentemente, o golpe de Estado de 1964 teria resolvido essa pendência. Isso no primeiro momento, sob o governo de Castelo Branco. Mas logo a seguir, já a partir do governo Costa e Silva, a questão nacionalista volta a pressionar os governos militares, agora induzida pela direita militar, culminando, com o governo Geisel, no estreitamento das relações do Brasil com os EUA: com a denúncia, pelo Brasil, do Acordo Militar; com a política externa independente; com o acordo nuclear com a Alemanha e na questão dos direitos humanos.<sup>40</sup>

Na leitura do livro *O governo João Goulart* duas características do historiador saltam à vista. A primeira é o fato da sua tendência política, presente nos fatos narrados e analisados a partir do seu paradigma militante. Mais do que historiador, ele é a testemunha do fato, como já evidenciei. E, além de testemunha, ele é o pesquisador criterioso, indo buscar na fonte a comprovação da informação

detalhada, como no caso explícito da intervenção norte-americana na conspiração. A segunda é a busca da isenção na apresentação dos fatos e dos personagens, procurando evidenciá-la na sua acuidade documental, para garantir a lisura da sua informação.

Isso está evidente, por exemplo, na comprovação



histórica da participação do governo norte-americano, e da CIA em particular, na instigação e no apoio logístico ao golpe militar que destituiu Jango. Moniz Bandeira investiga bem o fato. Até porque havia uma objetividade fundamental nas preocupações de Washington:

O governo dos EUA orientava-se com base no pressuposto de que o conflito armado inevitavelmente irromperia no Brasil, em caso de qualquer golpe de Estado, e exigiria sua intervenção, para impedir a vitória dos comunistas, nacionalistas, etc., que se lhe eqüivaliam e, no seu entendimento, já detinham ou influenciavam uma parcela do poder, através de assessores de Goulart. Esta era a percepção de Washington. E a perspectiva de que o Brasil se tornasse uma república socialista, uma Cuba com dimensões continentais, apavorava os norte-americanos, cada vez mais intranqüilos com a emergência das massas e as medidas nacionalistas de Goulart. Como o embaixador Gordon mais tarde acentuaria, “não podemos esquecer a atmosfera de guerra fria em que essas decisões foram tomadas”.<sup>41</sup>

Dreifuss deixa essa questão subentendida ao fazer referência ao financiamento de políticos brasileiros pelos EUA. Lincoln Gordon não negaria, em 1964, quando ocorreu o golpe, a existência de “um ou dois dólares americanos” como ajuda.

O Ipes e o Ibad foram denunciados por se valerem de três importantes fontes de renda para financiar a intervenção dos grupos de ação da elite orgânica no processo eleitoral e em outras atividades. Essas fontes eram a “caixinha” mantida por empresas estrangeiras e nacionais, agências governamentais estrangeiras e o “fundo do trigo” [...] Portanto, a idéia de lançar mão dessa “caixinha” para despesas políticas surgiu e se desenvolveu, como ficou claro em outros casos, como por exemplo o do Chile. Era usual que a CIA tivesse fundos políticos.<sup>42</sup>

O próprio embaixador Gordon já havia afirmado que nas eleições de 1962, “empresas e altos funcionários americanos contribuíram com uma soma que variava de 1 a 5 milhões de dólares para campanhas de candidatos adversários ao governo de João Goulart e seu Programa de Reformas de Base”. E o ex-encarregado de negócios americanos, Niles Bond, ao ser indagado se o Ibad fora financiado pela CIA, respondeu que “não sabia quem mais o estaria financiando”.<sup>43</sup>

No entanto, durante todo o tempo do período militarista procurou-se, sistematicamente, negar essa participação e a ligação umbilical aos interesses

estadunidenses – tanto as do Estado norte-americano no seu interesse geopolítico quanto as das suas corporações, em especial. Enquanto o autor de *O governo João Goulart* comprova a participação estadunidense na preparação e no apoio logístico aos conspiradores, o brasilianista Thomas Skidmore, publicando em 1967 o seu livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, afirma não existirem provas “para apoiar a alegação de que os conspiradores militares teriam sido subsidiados ou dirigidos pelo governo dos Estados Unidos”.<sup>44</sup> Contudo registra que a simpatia do governo estadunidense estava ao lado dos conspiradores. “Depois da queda de Goulart, o governo norte-americano deixou claro que estava exultante com o rumo da política brasileira.” Skidmore justifica que o fato da “surpreendente rapidez do reconhecimento norte-americano após a queda de Goulart serviu para reforçar a suspeita de que os Estados Unidos tinham representado algum papel no golpe brasileiro”.<sup>45</sup> Claro que essa rapidez acabou criando certos constrangimentos, pela evidência do seu caráter.

Moniz não se ateve a simples evidências para demonstrar o envolvimento dos EUA na deposição de Goulart, questão hoje difícil de ser negada. Ele chega a dar informações detalhadas, como, por exemplo, recorrendo a diversas fontes comprobatórias, descreve a movimentação havida no dia 31 de março, como consequência da ordem dos chefes do Estado-Maior Conjunto ao comandante-em-chefe da Esquadra do Atlântico:

Naquele mesmo dia, 31 de março, o governo de Washington, a pedido do embaixador Lincoln Gordon, acionou a Operação *Brother Sam*, que consistia na expedição para o Brasil de um força-tarefa, composta pelo porta-aviões Forrestal, destróieres de apoio, entre os quais um com mísseis teleguiados, navios carregados de armas e mantimentos, bem como quatro petroleiros (Santa Inez, Chepachet, Hampton Roads e Nash Bulk), com um total de 136.000 barris de gasolina comum, 272.000 barris de combustível para jatos, 87.000 barris de gasolina de avião, 35.000 barris de óleo diesel e 20.000 barris de querosene. A fim de atender às necessidades mais prementes dos insurrectos, sete aviões de transporte C135, levando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões-tanque, um avião de comunicações e um posto aéreo de comando estabeleceriam uma ponte aérea, ligando as bases norte-americanas e o Brasil. O general George S. Brown chefiava a operação, que contaria ainda com a participação de uma força-tarefa ultra-secreta do Exército, Marinha, Aeronáutica e CIA,



posta em ação na base do Panamá, sob o comando do major-general Robert A. Breitweiser.<sup>46</sup>

Contudo, partindo de uma *esquematisação* acadêmica, louvada sobre os atores políticos, a tese de doutorado de Argelina Cheibub Figueiredo – *para dar um contra-exemplo* –, elaborada entre 1986 e 1987 e que se transformou no livro *Democracia ou reformas?*, já citado, num estudo sobre o período de João Goulart, apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago, não faz praticamente nenhuma referência à presença dos Estados Unidos na conspiração que depôs João Goulart. Generalizando o empresariado, limita a sua importância ao apoio para a deflagração do golpe. Ao contestar Dreifuss, na atribuição dada por ele ao bloco multinacional e seus associados, e à influência decisiva do complexo Ipes/Ibad na preparação do golpe, Angelina, louvando-se nas informações de Ayres Filho, um dos fundadores do Ipes, sobre as dificuldades que a organização teve para levantar fundos, acrescenta: “O segundo fator, que impedia a ‘burguesia’ de desempenhar a função integrativa que Dreifuss lhe atribui, derivava da natureza de sua aliança com os militares. É questionável a alegação de que a burguesia teve um papel de liderança e de coordenação na conspiração”. E faz referência a Schmitter, para quem o golpe de 1964 foi principalmente uma questão militar, embora tenha tido o apoio de associações empresariais para a atividade conspiratória, porém sem importância decisiva. Assim a conspiração teria sido apenas um problema brasileiro, decidido militarmente por brasileiros.

No entanto, a forma pela qual os militares assumiram o poder e a reprodução da mesma situação no Chile e na Argentina comprovam o contrário. Sobretudo o governo Castelo Branco, que se perfilou imediatamente aos interesses norte-americanos e anulou as políticas que contrariavam os negócios das corporações estadunidenses. Moniz observa que “não sem razão a politóloga norte-americana Jan K. Black afirmou que, com Castelo Branco transformado em ‘porta-voz’ das políticas dos Estados Unidos para a América Latina, o Brasil declarou sua *dependência*”.<sup>47</sup> E Moniz Bandeira acrescenta:

Efetivamente, Castelo Branco praticou, em suas políticas, tanto interna quanto externa, todos os atos que os Estados Unidos reclamavam. Menos de um

mês após sua ascensão à Presidência da República, ele rompeu as relações diplomáticas com Cuba. Impôs ao Congresso, humilhado e acovardado pelas cassações de mandatos, a reformulação da lei de remessas de lucros. Pagou pelos acervos da Amforp e da ITT o preço que os norte-americanos pretendiam, apesar da violenta oposição de Lacerda. Estabeleceu nova política de minérios, devolvendo à Hanna concessões de jazidas de ferro, canceladas pelo Governo de Goulart, e aceitando entregar-lhe o porto, que ela havia muito tempo pleiteava, no Espírito Santo. E, além de vários ajustes militares e um Acordo Aerofotogramétrico, firmou com os Estados Unidos o Acordo sobre Seguros de Investimentos Privados, pelo qual as companhias estrangeiras no Brasil adquiriam direitos especiais. A contenção dos salários em níveis inferiores aos índices de elevação do custo de vida, a restrição do crédito bancário, enquanto as empresas estrangeiras, através da Instrução 289, da Sumoc, ganhavam um regime de privilégios para tomar empréstimos no exterior [...].<sup>48</sup>

Ou seja, toda a pendência do interesse norte-americano que o governo nacionalista de João Goulart – ou de qualquer governo com um mínimo de dignidade nacional – não poderia conceder. Com o golpe, os interesses norte-americanos são rigorosamente preservados. “A presença dos Estados Unidos no Brasil, durante a administração consular de Castelo Branco, alcançou assim a sua magnitude.”<sup>49</sup>

Posteriormente, os generais que se seguiram a Castelo Branco retomariam a vertente nacionalista, pressionados pela própria direita nacionalista militar, fato que Moniz denomina de nacionalismo autoritário, tendo sua expressão maior sob o governo do general Ernesto Geisel. Mas a crise no final desse governo e as alterações na convivência dos EUA com o bloco soviético tornaram os nossos militares desnecessários, tanto para a política imperialista quanto para a classe dominante brasileira. As articulações para a transição pactuada aos governos civis fizeram-se, praticamente, por fora de qualquer articulação militar. O tempo das ditaduras militares, no nosso continente, havia terminado.

“Depois da queda de Goulart, o governo norte-americano deixou claro que estava exultante com o rumo da política brasileira.”



Assim, o envolvimento dos Estados Unidos na queda de Jango é uma questão central da crise engendrada para derrubá-lo. Moniz Bandeira lembra que, quando Jango caiu, ele contava com 76% da opinião pública a seu favor, segundo pesquisa do Ibope, realizada entre junho e julho de 1963. Outra pesquisa, do mesmo Ibope, realizada entre os dias 9 e 26 de março, também havia revelado números favoráveis a João Goulart.

A versão de que os militares intervieram e derrubaram o governo João Goulart para atender ao reclamo da opinião pública, que a imprensa e as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, manipuladas pela CIA, expressariam, não passou, portanto, de uma falácia, que os números apontados pela pesquisa do Ibope eloqüentemente desmontam.<sup>50</sup>

A demonstração do envolvimento do governo norte-americano na conspiração que destituiu João Goulart, participando da articulação e dando apoio logístico, é uma das partes importantes do livro, pela densidade das informações detalhadas. Isso torna sua leitura indispensável para quem pretenda não apenas conhecer os fatos críticos do governo João Goulart, mas também entender a crise atual da sociedade brasileira e latino-americana no “contexto da globalização”, sob a supremacia norte-americana.

“A presença dos Estados Unidos no Brasil, durante a administração consular de Castelo Branco, alcançou assim a sua magnitude.”

Por sua vez, o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira buscou resgatar a memória do governante e do homem que foi João Belchior Marques Goulart. Segundo as palavras de Moniz Bandeira, respondendo a uma observação de Leonel Brizola de que ele precisaria de muita habilidade para defender o governo de Jango, Moniz respondeu que “não se tratava de o defender, mas de resgatar a memória de

uma época, restabelecendo a verdade histórica, posto que a pura e simples condenação do governo de Goulart, como inclusive se fazia na esquerda, implicava uma justificativa do golpe de Estado”.

Sintomático foi o fato de que a ditadura preferiu satanizar Brizola e os comunistas; a João Goulart preferiram mantê-lo no lusco-fusco de um ostra-

cismo imposto, deixando que fluísse a vaga idéia de um governante inepto, que pactuava com a corrupção e com a subversão, com o que se justificava a sua deposição. Esta foi a imagem que se divulgou antes e depois do golpe. Os conspiradores – sobretudo os militares – empenharam-se em divulgar a crença de que estavam simultaneamente combatendo a subversão e a corrupção. Interessava-lhes, pois, divulgar o perfil de Jango como o de um homem inepto. E até hoje, no Brasil, pouca gente se empenhou em mudar essa imagem. Para os que o golpearam, a consciência que tinham da violência praticada contra o processo democrático e contra a Constituição que haviam jurado defender precisava justificar-se. Para isso, denegriram Goulart e a ele imputaram tendências subversivas e golpistas. No entanto, Goulart nada havia feito fora dos parâmetros constitucionais. Para alguns grupos de esquerda, a imagem depreciada de Jango foi-lhes conveniente, justificando o seu próprio fracasso.

Não apenas a direita julgava Jango incapaz de governar, mas também parcelas dos grupos de esquerda duvidavam da sua competência, ou não confiavam nas suas intenções. Geraldo Rodrigues dos Santos, que foi dirigente destacado do PCB e que, pessoalmente, não tinha restrições a Jango, criticou a posição de alguns camaradas da direção do partido, no seu livro *A trajetória de um comunista*, que não confiavam nem na posição política nem na competência de Jango: “A acolhida que o presidente João Goulart nos proporcionava era vista, por um segmento mais estreito de nossa direção, como uma demonstração de fraqueza, diante da suposta ascensão dos comunistas, impulsionada pelo prelúdio da revolução que se aproximava”. Na executiva do PCB, Mário Alves e alguns companheiros da direção que com ele concordavam, entendiam “que o governo de Jango era um governo vacilante, e no fundo comprometido com os interesses patronais”.<sup>51</sup>

Também um jornal da época, publicado como porta-voz da Frente Parlamentar Nacionalista, *O Semanário*, em um de seus editoriais criticava a desconfiança do grupo da chamada esquerda radical com relação a João Goulart, “bem como a relutância da Frente de Mobilização Popular em lhe garantir um apoio mais forte”. Reportando-se ao testemunho do jornalista Carlos Castello Branco a autora anota



o fato de que, em fins de 1963, a Frente de Mobilização Popular havia optado por “uma oposição sistemática e crescentemente agressiva ao governo como um todo e ao presidente em particular”, convencida que estava de que “Goulart pretendia desprezar as pressões por uma maior participação da esquerda no governo”.<sup>52</sup>

Escrevendo que “muitos oficiais e civis da classe média tinham em baixa conta as habilidades de Jango e seus fins políticos”,<sup>53</sup> Skidmore o descreve como uma figura enigmática. Escreve ele, louvando-se na opinião do ex-ministro da Justiça de João Goulart, que este era

uma verdadeira esfinge. Como Jânio Quadros, era ele afligido por complexos que distorciam seu discernimento político [...] Duas vezes vice-presidente, Jango nunca soubera como se conduzir na presidência. Bafejado pela sombra do gênio político que antes o conduzira [Getúlio Vargas], Jango agora via os acontecimentos o dominarem.<sup>54</sup>

Com uma política de ziguezague, “desvenilhando-se manhosamente dos grupos rivais de dentro e de fora do partido desorganizado”, João Goulart tinha, assim escreve o brasilianista, uma “atitude em relação à estrutura da política brasileira sempre essencialmente passiva”.<sup>55</sup>

Já Argelina C. Figueiredo, assinalando as ambigüidades e indecisões que atribui à personalidade de Jango e ao seu estilo político, termina por concluir que “a decisão de Goulart em adotar uma estratégia radical teria decorrido principalmente de seu reconhecimento de que não havia outras alternativas disponíveis e pode ter sido tomada com plena consciência dos riscos envolvidos”.<sup>56</sup>

O jornalista Castello Branco observa que “poucos políticos foram tão cruamente julgados por seus contemporâneos, sobretudo depois que foi deposto, quanto João Goulart”.<sup>57</sup> E cita um desabafo de Brizola sobre o cunhado: “O problema do Jango é que ele é o testemunho passivo de uma luta que se trava em seu íntimo entre duas personalidades inconciliáveis, o herdeiro político de Getúlio Vargas e o maior proprietário rural do Brasil”. Apesar do perfil dúbio descrito do homem João Goulart, *que fala bem, mas não age em consequência do que fala*, Castello Branco conclui que Jango não se saiu bem como chefe de governo, “talvez pelas contradições que subiram com ele ao Palácio do Planalto”. Já como político, João Goulart “demonstrou habilidade

e aptidão”.<sup>58</sup> Da sua perspicácia política não se pode duvidar.

O perfil que Moniz Bandeira traça de Jango não compactua com a imagem negativa que dele se propagou durante todo o tempo da ditadura e até hoje. Mostra-o, ao final, com certo enfado ao poder. Descreve-o como “um homem simples, informal e discreto, sem afetação. A timidez, que aparentava, desaparecia ao contato com a multidão, quando ele se excedia a si mesmo, nos comícios, e improvisava o discurso, abandonando o texto previamente elaborado”.<sup>59</sup> Acentuando o caráter tolerante e naturalmente conciliador de João Goulart, ele contesta o perfil humano que os vencedores de 1964 insistiram em “popularizar”.

Ao contrário do que seus adversários difundiram, Goulart não estava despreparado para dirigir o país, quando chegou a Brasília, após dez dias de crise, em 7 de dezembro de 1961. Tinha mais condições para exercer o cargo de presidente da República do que Jânio Quadros e, quiçá, do que o próprio Kubitschek, em 1956. Levava um programa de governo – o das reformas de base – e larga experiência na política federal, o que lhe dava uma visão mais ampla, menos provinciana, dos problemas brasileiros. Bacharel em direito, fora secretário de Justiça do Rio Grande do Sul (governo de Ernesto Dornelles), deputado estadual e deputado federal, estivera no Ministério do Trabalho e por duas vezes se elegera vice-presidente da República, ocupando, cumulativamente, a presidência do Senado Federal.<sup>60</sup>

E conclui: “Goulart não desejava desencadear a revolução social. Era empiricamente um reformista, que acreditava na transformação gradual e, talvez, chegar ao socialismo. Não era um revolucionário”.<sup>61</sup>

Sem negar o conflito de classes subsistente na crise de 1964, que Moniz salienta, o confronto, no entanto, na hora decisiva, não envolveu as classes numa luta revolucionária ou contra-revolucionária – embora ela estivesse presente nas intenções subjetivas de algumas lideranças dos grupos de esquerda e na pregação dos conspiradores –, cuja radicalidade poderia estar presente num confronto armado, de guerra civil de grande envergadura, como no conflito russo após a tomada do poder pelos bolchevistas, ou no conflito chinês após a Segunda Grande Guerra, ou o da Coreia e do Vietnã. O movimento de massas era, em si mesmo, essencialmente político, contido nas instituições e



favorecido pelo compromisso de João Goulart. Os pequenos focos guerrilheiros, que depois de 1964 surgiram, estavam simplesmente marcados por sua vinculação ideológica, imbuídos idealisticamente de uma missão que a entendiam como revolucionária. Não tinham a representatividade efetiva de classes em armas. Nesse particular, o PCB preservou-se ao não aderir à luta armada, por julgá-la inoportuna e improficiente.

Por isso, na hora decisiva, o desfecho dependeu do dispositivo político-militar de João Goulart e do seu esquema de sustentação em confronto com o esquema opositor. O de Jango falhou na hora da decisão, por ter-se corroído no embate ideológico.

Ele resistiria, é claro, se tivesse meios de sufocar o levante, sem mergulhar o país na guerra civil e provocar a intervenção armada dos EUA. Mas todas as iniciativas, que tomara para conter o movimento, fracassaram [...] Os oficiais nacionalistas e legalistas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, aferrados à disciplina, não tomaram qualquer iniciativa, à espera de ordens, que nunca chegaram [...] Por sua vez, os sindicatos, que contavam com a ação militar defensiva, viram frustradas suas esperanças, e seus líderes, desorientados, não tiveram condições para uma rápida organização [...] Era a consequência da política de conciliação, da perspectiva nacional-reformista, das ilusões democráticas, não só de Goulart como de vasto segmento da esquerda, que não avaliara devidamente o caráter do Estado e o papel das Forças Armadas no seu conjunto, e não se armara material e ideologicamente para enfrentar o golpe militar. Os trabalhadores, sem um programa de reivindicações políticas próprias, não se bateram e se deixaram violentar, sem a menor resistência.<sup>62</sup>

Os acontecimentos que marcaram o governo João Goulart entre 1961 e 1964, embora envolvendo lutas sociais e pressionados pelo movimento da massa popular, ao final e ao cabo, restringiram-se à disputa do Estado por grupos e partidos organizados para esse fim; mesmo porque eles surgiram da formação das classes – a exemplo do PTB, do PSD e da UDN – e buscavam permanentemente a sua legitimidade nas reivindicações das classes que imaginavam maduras para o confronto, sobretudo a massa operária. Na hora decisiva, o confronto deu-se em torno da matriz capitalista e dentro dos seus próprios limites e alcance, compatível com o desenvolvimento do Brasil à sua emergência capitalista na periferia do sistema. O realismo do sistema prevaleceu, transitando pelo governo dos generais e prosseguin-

do, impávido, pela redemocratização formal do Estado, que continua íntegro como instrumento de dominação, agora “transnacionalizado”.

No início das suas conclusões, Moniz Bandeira afirma:

Se o golpe de Estado, no Brasil, não foi absolutamente inevitável, também não foi absolutamente casual. Fatores vários confluíram e determinaram a queda do governo João Goulart em 1º de abril de 1964, em meio a contradições sociais e políticas, tanto internas quanto externas, que o forte impulso da industrialização do país, durante os anos 1950, aguçou.<sup>63</sup>

Isso nos leva a indagar se o conflito social e nacional – por suas implicações geopolíticas –, tornado crítico em 1964 sob o governo de Jango, poderia ter sido resolvido pelo caminho da legalidade democrática. Claro, a história já está feita e não pode mais ser mudada. Mesmo assim, como especulação, uma vez que a legalidade parecia ser “mortal” aos interesses dominantes – ou seja, às corporações estrangeiras e seus associados nacionais –, o caminho do confronto só poderia terminar num golpe de força e num regime de exceção. Pois as reformas, então preconizadas por Goulart e incorporadas através da concepção de um nacionalismo de esquerda, teriam que quebrar estruturas internas arcaicas, concepções religiosas, privilégios enrustidos nas próprias instituições e nas oligarquias, confrontando, ao mesmo tempo, interesses estrangeiros poderosos. O caminho democrático exigiria uma sociedade poderosamente articulada para a sua própria transformação. Essa condição não existia em 1964 – como ainda não existe –, uma vez que os interesses da chamada burguesia nacional estavam umbilicalmente ligados, internamente, à velha estrutura latifundiária e, externamente, aos negócios dominantes das corporações estrangeiras. Só restaria, pois, para as reformas de base, o caminho da força pela articulação do dispositivo militar. Foi aí que as esquerdas e Jango perderam. As esquerdas por uma análise equivocada do seu poder e do seu momento. Jango, possivelmente, por sua natureza conciliatória e não muito afeita ao exercício total do poder – como Moniz mostra. Como, em nenhum momento João Goulart agiu fora dos parâmetros constitucionais, em meio àquela turbulência toda que estava conduzindo o seu governo ao fim dramático de abril de 1964, provavelmente tenha sido ele o único –



senão um dos poucos – *legalista e democrata* entre os principais personagens daquele drama.

Também ao não resistir – por vontade própria, por inapetência ao poder de ditador, ou pela simples impossibilidade militar de vitória –, Jango, frustrou a guerra civil já delineada e impediu não só o derramamento de sangue, mas sobretudo a possível partição do Brasil, coisa que não desagradaria à supremacia estadunidense sobre as Américas.

### ALGUMAS DÉCADAS DEPOIS

A União Soviética não existe mais. No lugar do “Império do Mal”, satanizado pelo Ocidente, está agora o “Eixo do Mal”, igualmente satanizado, mas muitíssimo menos poderoso e perigoso do que o império extinto. Assim mesmo, contra esse *novo eixo do mal*, ergue-se o *big stick* do “Império do Bem”. Para o poderoso irmão do Norte, o seu bordão continua o mesmo: *quem não está comigo, está contra mim*.

Para as Américas não existe mais a Aliança para o Progresso. No seu lugar, o Consenso de Washington. Para Kennedy, Clinton; para Johnson, Bush.

No Brasil, aquilo que Castelo Branco fez sob o tacão da ditadura e das cassações, a social-democracia brasileira – pálido simulacro da homônima europeia – fez, na última década do século XX, com um sorriso nos lábios, sem que a sociedade brasileira resistisse, nem sequer esboçasse alguma reação consistente. *Não tugi nem mugiu*, embora houvesse manifestações discursivas esparsas. Sob o pálio da democracia liberal, a nação aprofundou a sua dependência e agravou, concomitantemente, a questão social.

Para JK e JQ, Collor e FHC. Lula, por suas características e origem, não pode reproduzir Jango. Sobraram vazios os lugares de Vargas e Goulart, mostrando que a história, quando se repete, nunca reproduz integralmente o passado. Do nacionalismo pretérito, atuante no contexto mundial como doutrina das nações, sobraram minguaos bolsões saudosistas à procura da sua razão existencial e do seu projeto nacional. *Contudo, será preciso restabelecer a nação*.

Do latifúndio, a sua permanência como instrumento de poder oligárquico. Num país tão imenso, o capitalismo consegue conviver com estruturas

fundiárias improdutivas. Da burguesia nacional sobrou a sua absorção pelo capitalismo internacional. E o pequeno e o médio burguês continuam procurando as causas “religiosas” e infundáveis da sua crise permanente, apesar das transformações substanciais da sociedade humana.

As ligas camponesas foram substituídas pelo MST, ampliado pelo Brasil afora. Do velho e heróico PCB, com seus acertos e enganos, sobraram reminiscências de alguma consistência teórica e pouca densidade política. Do CGT de então, uma multiplicidade de centrais sindicais, como extensões partidárias ou braço auxiliar do sistema. Do brizolismo, restou Brizola com a sua *teimosia nacionalista*. Baluarte ativo do passado, tentando influenciar o presente.

Para os militares sobraram a caserna e a modesta profissionalização. No lugar do Partido Trabalhista Brasileiro, nacionalista e social-reformista, surgiu o Partido dos Trabalhadores. Este rapidamente apropriado pela intelectualidade mediano-burguesa, num misto de *democratismo religioso* e *social-liberalismo*, indefinido entre um projeto socialista e um reformismo capitalista, tal qual a social-democracia europeia de cem anos passados. *Seduzido pelo poder, adapta-te ao poder, embutindo-te no sistema*, diriam os nossos progenitores. Enquanto isso, a questão social vai sendo intermediada pelo mundo do crime, *aliviando as tensões diretas sobre o sistema*.

Personagens e cenários estão prontos para repetir um evento histórico... *dessa vez como farsa*.

Por isso, o livro de Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, deve ser lido pelas novas gerações.

Num país tão imenso,  
o capitalismo consegue  
conviver com estruturas  
fundiárias improdutivas.

### NOTAS

- <sup>1</sup> Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart* (7ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/UnB, 2001).
- <sup>2</sup> *Ibid.*, p. 202.
- <sup>3</sup> *Ibid.*, pp. 11-12.
- <sup>4</sup> “Populismo”, em Norberto Bobbio (org.), *Dicionário de política* (3ª ed. Brasília: UnB, 1991), p. 981.
- <sup>5</sup> Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, cit., p. 222.



- <sup>6</sup> Apud Darci Ribeiro, *El dilema de América Latina (Estructuras del poder e fuerzas insurgentes)* (México: Siglo XXI, 1973), p. 205.
- <sup>7</sup> Francisco C. Weffort, *O populismo na política brasileira* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986), p. 25.
- <sup>8</sup> *Ibid.*, p. 62.
- <sup>9</sup> *Ibid.*, p. 71.
- <sup>10</sup> *Ibid.*, p. 62.
- <sup>11</sup> Cf. René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado* (Petrópolis: Vozes, 1981), p. 148.
- <sup>12</sup> *Ibid.*, p. 125.
- <sup>13</sup> *Ibid.*, p. 37.
- <sup>14</sup> “Populismo”, em Norberto Bobbio, *op. cit.*, p. 981.
- <sup>15</sup> Rosa Luxemburgo, *A questão nacional e a autonomia* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988), p. 39.
- <sup>16</sup> Golber do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976), p. 99.
- <sup>17</sup> Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, cit., p. 53.
- <sup>18</sup> *Ibid.*, pp. 52-53.
- <sup>19</sup> *Ibid.*, p. 21.
- <sup>20</sup> Ver Moniz Bandeira, *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*, 2<sup>o</sup> vol. (São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999).
- <sup>21</sup> Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, cit., p. 69.
- <sup>22</sup> *Ibid.*, p. 41.
- <sup>23</sup> *Ibidem.*
- <sup>24</sup> *Ibidem.*
- <sup>25</sup> *Ibidem.*
- <sup>26</sup> *Ibid.*, p. 43.
- <sup>27</sup> *Ibid.*, p. 44.
- <sup>28</sup> Cf. Argelina C. Figueiredo, *Democracia ou reformas?* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993), p. 45.
- <sup>29</sup> René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, cit., p. 37.
- <sup>30</sup> *Ibid.*, p. 47.
- <sup>31</sup> *Ibid.*, p. 38.
- <sup>32</sup> Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, cit., p. 143.
- <sup>33</sup> *Ibidem.*
- <sup>34</sup> *Ibid.*, p. 15.
- <sup>35</sup> *Ibid.*, p. 201.
- <sup>36</sup> Almino Affonso, *Retrato do Brasil – depoimentos*, vol. IV (São Paulo: Política, 1985), p. 11.
- <sup>37</sup> *Ibid.*, p. 61.
- <sup>38</sup> *Ibid.*, p. 53.
- <sup>39</sup> Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, cit., p. 43.
- <sup>40</sup> Ver Moniz Bandeira, *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*, 2<sup>o</sup> vol., cit.
- <sup>41</sup> Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, cit., p. 142.
- <sup>42</sup> René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, cit., p. 329.
- <sup>43</sup> *Ibid.*, p. 330.
- <sup>44</sup> Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967), p. 392.
- <sup>45</sup> *Ibid.*, pp. 394-395.
- <sup>46</sup> Ver Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, cit., p. 173.
- <sup>47</sup> O grifo é meu, AR, para que não se confunda a expressão.
- <sup>48</sup> Ver Moniz Bandeira, *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*, 2<sup>o</sup> vol., cit., p. 91.
- <sup>49</sup> *Ibidem.*
- <sup>50</sup> Ver Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, cit., p. 185.
- <sup>51</sup> Cf. Geraldo Rodrigues dos Santos, *A trajetória de um comunista* (Rio de Janeiro: Revan, 1997), p. 96.
- <sup>52</sup> Ver Argelina C. Figueiredo, *Democracia ou reformas?*, cit., p. 157.
- <sup>53</sup> Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, cit., p. 311.
- <sup>54</sup> *Ibid.*, p. 344.
- <sup>55</sup> *Ibid.*, p. 345.
- <sup>56</sup> Ver Argelina C. Figueiredo, *Democracia ou reformas?*, cit., p. 29.
- <sup>57</sup> Castello Branco, *Retratos e fatos da história recente* (Rio de Janeiro, Revan, 1996).
- <sup>58</sup> *Ibid.*, p. 119.
- <sup>59</sup> Ver Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, cit., p. 52.
- <sup>60</sup> *Ibid.*, p. 65.
- <sup>61</sup> *Ibid.*, p. 177.
- <sup>62</sup> *Ibid.*, pp. 179-180.
- <sup>63</sup> *Ibid.*, p. 201.